

ASSEMBLEIA-GERAL ELEITORAL

ACTA NÚMERO 63

Aos oito dias do mês de Junho de dois mil e onze reuniu-se a Assembleia Geral Eleitoral, no auditório da escola Básica e Secundária de Carcavelos. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos deu-se início à sessão, que teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apresentação das listas concorrentes;
- Votação;
- Data da tomada de posse
- Outros assuntos.

Como não estava presente um representante da lista candidata, a Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se estava completamente esclarecida e se se podia proceder à votação.

A Assembleia disse que não tinha dúvidas. Deu-se início à distribuição dos boletins de voto.

Votação.

Recolha dos boletins de voto.

Contagem dos votos.

REGISTO DOS VOTOS (13 Delegados presentes)

- Presidente da Direcção – 12 votos a favor e 1 voto branco
- Conselho de Justiça:
 - Presidente – Dr. José Pedro Barroco – 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente – Dr. Nuno Caetano - 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente – Dr. Rui Miguel Silva - 11 votos a favor e 2 votos branco
- Conselho de Disciplina:
 - Presidente – Dr. Rodrigo Dias - 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente - Amândio Dias - 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente – Dr. Sandra Lopes - 11 votos a favor e 2 votos branco
- Conselho de Arbitragem:
 - Presidente – Henrique Graça - 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente – Mário de Almeida - 11 votos a favor e 2 votos branco
 - Vice-presidente – Carlos Faria - 11 votos a favor e 2 votos branco
- Conselho Fiscal – 12 votos a favor e 1 voto branco

Registou-se a chegada de quatro delegados: Henrique Marques, Sílvia Silva, Cláudia Fonseca e Diana Vitorino que fizeram questão que constasse na acta a hora da sua chegada, entre as vinte e uma horas e quarenta e as vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.

Foi apresentado o resultado da votação.

Chegada do Dr. Mário Almeida.

A Presidente da Mesa deu a conhecer à Assembleia Geral o pedido realizado pelo presidente eleito nesta mesma sessão para que a tomada de posse fosse realizada na mesma data que as eleições. Informou também que não constava uma regra rigorosa nos Estatutos em relação ao período de tempo em que a tomada de posse deve ser feita.

A Assembleia pediu ao Dr. Mário Almeida e ao Dr. Jorge Calado as suas opiniões relativamente à tomada de posse.

Dr. Mário Almeida – apresentou uma série de reuniões marcadas a partir do dia 9 de Junho em que necessitava de ser reconhecido como Presidente da Federação Portuguesa de Corfebol. Apresentou também alguns dos programas projectados pela sua equipa de trabalho. Informou que a tomada de posse não iria afectar em nada as competições (campeonato e taça) nem os trabalhos da selecção Nacional até à competição na China.

Dr. Jorge Calado – apelou ao bom senso e informou que a tomada de posse deveria ser uma acção gradual e conjunta entre as duas equipas. Informou a Assembleia Geral que ainda não se encontrava em plenas condições de realizar a passagem para equipa eleita nesta Assembleia.

A Assembleia perguntou se não seria possível fazer uma tomada de posse “parcial” à qual a Presidente da Mesa informou, uma vez mais, que não existia uma regra concreta para a tomada de posse.

O Dr. Mário Almeida informou que apenas precisava que fosse realizada a tomada de posse como Presidente da FPC e não os outros órgãos, dando a sua palavra que esta tomada de posse seria apenas dele e que os órgãos da FPC eleitos em 2010 seriam mantidos até ao final das competições.

O Dr. Mário Almeida abandonou a Assembleia.

O Dr. Jorge Calado apelou, uma vez mais ao bom senso e à realização das decisões em consciência. Para que a Assembleia discutisse livremente, abandonou a AG.

A Presidente de Mesa informou a Assembleia do que estava neste em discussão:

- A tomada de posse parcial, ou seja, apenas a tomada de posse do Presidente eleito nesta AG Dr. Mário de Almeida;
- A tomada de posse ser realizada numa outra data, ainda a definir.

Voltou a ser referida a necessidade do Dr. Mário Almeida ser reconhecido como Presidente da FPC, tendo em conta as acções planeadas a partir do dia 9 de Junho.

Foi proposto que se realizasse um pequeno excerto para salvaguardar a Direcção e restantes órgãos ainda em trabalho:

“O Presidente terá apenas carácter representativo de FPC até à data da tomada de posse. A partir desse momento, terá o pleno dos seus direitos e deveres inerentes à sua função.”

Após a descrição deste excerto, a Assembleia propôs que a tomada de posse fosse realizada em data a definir pois, uma vez que constava em acta que o Dr. Mário Almeida tinha sido eleito, a 8 de Junho de 2011, como Presidente da FPC, este mesmo documento serviria de garantia para as suas futuras reuniões e acções junto de diversas entidades.

Deste modo, foi aceite esta última proposta. Deu-se início à escolha da data da tomada de posse.

A Assembleia propôs o dia 19 de Junho, dia da Final da Taça, para a realização da tomada de posse.

Deu-se início à votação da data da tomada de posse

19 de Junho – A favor → 13

Contra → 4

Ficou estabelecido que a tomada de posse seria realizada no dia 19 de Junho, após a Final da Taça.

A Delegada Silvia Silva fez questão que constasse em acta que gostaria de ter tido a oportunidade de votar e que tinha ficado descontente com o facto de não ter votado face à ao seu atraso.

A Assembleia pediu ao Dr. Jorge Calado que integrasse novamente a AG.

Foi informada a decisão e foram realizados votos de agradecimento a todo o trabalho e esforço dedicado ao Corfebol durante muitos anos pelo Dr. Jorge Calado. (Silvia Silva, Ana Correia e Vasco Condado, com a respectiva concordância de todos os outros Delegados presentes)

O Dr. Jorge Calado agradeceu e realçou a importância de realizar uma tomada de posse gradual e um trabalho conjunto entre as duas equipas. Referiu o trabalho realizado entre ele e o Dr. Mário Godinho anteriormente, como um exemplo de trabalho cooperativo que deve ser mantido.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei.

A Presidente



Susana Costa

O Secretário



Nuno Cruz